

## NEONAZISMO, NEGACIONISMO E EXTREMISMO POLÍTICO

*João Fábio Bertonha*

Em agosto de 2000, foi organizado, pela UFRGS e por diversas entidades da sociedade civil gaúcha, um *Simpósio Internacional sobre Neonazismo, Revisionismo e Extremismo Político*, discutindo questões da mais alta relevância dentro do panorama histórico e político contemporâneo. Agora, oportunamente, tais trabalhos estão sendo apresentados ao grande público na forma impressa.

Os textos do livro abordam assuntos variados, incluindo temas como a presença do nazismo no Brasil dos anos 30 ou a ideologia desse movimento. Também há abundante material sobre o neonazismo, com discussões pertinentes sobre o caldo cultural contemporâneo que permite a esses grupos reaparecer e as ligações entre novos e velhos fascistas.

Discussões mais teóricas também não faltam, como o trabalho de Hélgio Trindade, onde ele demonstra como o uso generalizado do conceito de “fascismo” nos anos 60 e 70 é analiticamente incorreto, o que nos ajuda a romper visões cristalizadas como a de que o regime de 1964, por exemplo, fosse fascista. Por outro lado, como o próprio Trindade levanta em outros trabalhos<sup>1</sup>, a relação entre os ex-integralistas e adeptos do Estado Novo com o regime militar ainda está por ser esclarecida e a informação de Jair Krischke, presente no livro, de que vários dos líderes neonazistas e revisionistas (como Sérgio Oliveira e Marco Polo Giordani) são ex-membros dos aparatos de segurança do regime militar apenas indica novos laços de continuidade dentro do mundo da direita nacional que mereceriam ser melhor investigados.

Na minha opinião, contudo, o ponto forte dos textos reunidos no volume é a análise do negacionismo. Em síntese, os autores (especialmente Luís Milman, Dietfrid Krause-Vilmar e Roney Cytrynowicz) nos introduzem ao filão de pensamento que procura reabilitar os regimes fas-

---

**João Fábio Bertonha** é Doutor em História Social/UNICAMP, Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

cistas, e, em especial, o nazismo, através da negação do seu crime mais bárbaro, a saber, o Holocausto. Eles apresentam um pormenorizado histórico dos representantes desse grupo (Raissinier, Faurisson, Irving, Garaudy e outros) e demonstram as várias gradações das suas idéias, ou seja, desde aqueles que negam pura e simplesmente que o massacre dos judeus tenha ocorrido até aqueles que diminuem a sua dimensão ou relativizam a culpa dos alemães a partir de exemplos de barbarismo do lado dos vencedores. Relativização, bagatelização e negação pura e simples seriam, de qualquer forma, as chaves teóricas do negacionismo.

De especial interesse me parece o extremo cuidado dos autores em demonstrar os mecanismos pelos quais se constrói o discurso dos negacionistas. Eu ainda me recordo quando, no final dos anos 80, encontrei pela primeira vez (num lugar tão pouco provável como a Rodoviária de Campinas) os livros de Castan, Sérgio Oliveira e outros. Mesmo sendo um estudante que apenas se iniciava nos estudos de História, algo me pareceu estranho no tipo de lógica e na metodologia de uso de documentos que eles empregavam e demorei para conseguir compreender todos os truques que eram utilizados. Por isso, sempre achei que faltava um texto acessível, em português, que facilitasse esse trabalho. Esboços já haviam aparecido<sup>2</sup>, mas o texto de Dietfrid Krause-Vilmar, especialmente, é muito mais didático e completo.

Ele trabalha, por exemplo, com a alegação negacionista de falta de fontes para reconstruir o Holocausto (totalmente inverídica); com a técnica de negar todo um testemunho ou documento a partir de um simples erro periférico ou da suspeita sobre o testemunhante; com o artifício de extrair citações e detalhes do contexto, gerando conclusões pensadas a priori, etc., permitindo-nos entender melhor os artifícios dos negacionistas.

Agradou-me especialmente o trabalho em anular a lógica ilógica do negacionismo, ou seja, a criação de dicotomias sem sentido (“quem foi mais perverso? Hitler ou Stalin?”), de malabarismos na análise de detalhes técnicos e de documentos (“se Hitler nunca assinou um papel ordenando o Holocausto, ele jamais ordenou o massacre”) ou de analogias absurdas (“se eu concordo que o bombardeio de Dresden foi um massacre de civis sem sentido, então devo concordar que os alemães e aliados são igualmente culpados ou igualmente inocentes”).

Esse último ponto é especialmente importante dentro do debate entre os historiadores. Eu posso concordar que o regime de Stalin foi tão brutal quanto o de Hitler ou que os americanos cometeram atrocidades no Vietnã sem que, necessariamente, isso inocente o nazismo dos seus crimes. Mas os negacionistas trabalham com uma outra lógica, uma ló-

gica de extremos, de aceitação ou negação total de argumentos, a qual tem um potencial danoso. Veja-se, por exemplo, o recente livro de Norman Finkelstein<sup>3</sup>, em que ele questiona o uso exagerado do tema do Holocausto pelas elites judaicas e pelo Estado de Israel, que teriam criado um mito para consumo político a partir do massacre dos judeus. A meu ver, uma reflexão com pontos válidos e que nem se aproxima de um negacionismo que afirme que o Holocausto não existiu ou que não foi uma catástrofe humana. No entanto, já imagino negacionistas felizes com a idéia de que os reparos pontuais do historiador americano sejam provas de que os nazistas eram santos e de que os judeus efetivamente manipulam o mundo para atingir seus fins.

Os autores representados no livro cumprem, assim, seu papel de negar aos negacionistas os seus argumentos e têm razão em não permitir que eles divulguem suas idéias sem contestação. A liberdade de expressão deve ser preservada, mas não em prejuízo da verdade.

No entanto, dois pontos poderiam ter sido, a meu ver, aprofundados dentro da coletânea. O primeiro é uma discussão maior do valor da verdade dentro da História. Todos os autores concordam que o negacionismo não é uma corrente historiográfica, já que não cumpre os requisitos mínimos (em termos, como demonstrado, de rigor científico) para tanto e Cytrynowicz é um dos mais incisivos nesse sentido quando afirma que quem nega o Holocausto nega a camada mínima de fatos objetivos sobre a qual se cria o debate histórico. Impossível não concordar com ele. No entanto, acredito que a discussão poderia ter sido mais aprofundada na direção do problema do relativismo pós-moderno. Não acredito que existam muitos pós-modernos que afirmem que o Holocausto nunca ocorreu ou que os portugueses jamais estiveram no Brasil, mas talvez eles tenham colaborado para “abrir o flanco” da História para interpretações que queiram caminhar nessa direção. Talvez fosse necessário para alguns historiadores rever seus conceitos e recordar que História é debate, é renovação, mas que nem tudo nela está sujeito à interpretação e à relativização e que conceitos caros aos nossos colegas do século XIX como “verdade/mentira” e “documento verdadeiro/documento falso” talvez não estejam tão fora de moda assim<sup>4</sup>.

Em segundo lugar, acredito que teria sido útil acrescentar ao volume alguns textos sobre algumas interpretações históricas mais elaboradas e com base empírica e interpretativa mais consistente, mas que também colaboram para a tarefa de reabilitar, de algum modo, os regimes fascistas. Em especial, as correntes de De Felice na Itália e Ernest Nolte na Alemanha poderiam ter sido exploradas. Não são negacionistas e são

historiadores sérios com os quais é possível debater. No entanto, suas idéias fornecem argumentos tais para a direita que não deveriam ter sido esquecidos no presente volume.

Ernest Nolte, por exemplo, apesar de não negar o Holocausto, defende que tanto ele como o nazismo foram reações às atrocidades do bolchevismo; uma autodefesa dentro da guerra ideológica européia de 1914 a 1945. Não haveria motivos, assim, para os alemães não assimilarem o nazismo em sua história e abandonarem a sua culpa coletiva. Posição de difícil defesa, que levou a áspersos debates na Alemanha (a famosa "Historikerstreit" nos anos 80<sup>5</sup>) e conduz, evidentemente, a um reforço do conservadorismo no país. Curiosamente, parece se sustentar em uma argumentação parecida com a dos negacionistas "brutos" (apesar de muito mais sutil e bem elaborada), com as analogias e dicotomias já mencionadas, além de uma base empírica muito limitada.

Na Itália, a corrente de Renzo de Felice também trabalhou num tipo de reabilitação do fascismo, no caso, o italiano. Mesmo sem ter o Holocausto como problema central, o esforço foi considerável. A corrente de historiadores em torno de De Felice lutou por décadas para demonstrar, entre outros pontos, como o fascismo de Mussolini era oriundo de bases culturais diferentes das do nazismo, incluindo uma origem na esquerda e uma perspectiva de sociedade muito menos reacionária do que a nazista. Não sendo comparável ao nazismo, não haveria motivos para associar o fascismo italiano aos crimes nazistas ou à eclosão da Segunda Guerra Mundial, o que evidentemente faria muitos neofascistas dormirem muito mais tranquilos.

De Felice e seus discípulos têm razão quando procuram demonstrar que os projetos fascista e nazista eram diferentes, mas superavaliam tais diferenças a ponto de impedir a formação de uma teoria geral do fascismo, o que não se sustenta<sup>6</sup>. O destaque que eles dão à diferença entre fascismo movimento e fascismo regime também é aceitável, mas não nos termos deles, como o segundo não tivesse tido nada a ver com o primeiro. Do mesmo modo, a origem de esquerda de parte das idéias do fascismo italiano (oriundas especialmente do sindicalismo revolucionário), apesar de ser um traço muito particular deste dentro do universo fascista, foi esquecida sem muitos problemas quando o regime assumiu uma perspectiva centralmente de direita. Um problema central da teoria de Felice, além disso, é algo comum aos negacionistas "brutos", ou seja, uma metodologia de análise histórica que tende a confundir discurso com prática e interpretar documentos literalmente, sem encaixá-los num contexto<sup>7</sup>.

No fundo, a idéia de De Felice é desacreditar o paradigma antifascista sobre o qual foi fundada a República italiana no pós Segunda Guerra Mundial e, separando o fascismo dos crimes nazistas e destacando as qualidades da parte “boa”, mais conservadora, do regime, reabilitar ao menos parte das suas idéias. Com os neofascistas e Berlusconi no poder, não é impossível acreditar que eles tiveram algum sucesso. Uma reabilitação do passado fascista que não se limita à Itália<sup>8</sup>, não chega aos extremos dos negacionistas e com a qual é possível aprender alguma coisa e discutir, mas que também tem implicações políticas claras e perigosas, apesar da intensa argumentação desenvolvida por seus adeptos (especialmente De Felice) de que eles não visam mais do que o debate científico. Uma razão a mais para incluí-los no debate proposto pelo Encontro e na presente coletânea.

Concluimos com uma nota otimista. Uma das maiores ironias do negacionismo é que os nazistas autênticos seriam os primeiros a se orgulharem do que fizeram e ficariam, muito provavelmente, irritados com aqueles que negassem a eles a glória de ter erradicado da Terra os impuros e inferiores. O fato dos seus herdeiros terem que se desdobrar para provar o contrário e, assim, tentar uma ressurreição política, pode indicar que a sensibilidade da humanidade melhorou no tocante a estas questões. Apenas uma esperança, mas que só será confirmada no futuro. Por agora, resta ressaltar a qualidade de um livro cujos textos podem ser questionados ou aprofundados, mas não ignorados pelos que se interessam pelo tema. Resta parabenizar os autores e a sociedade gaúcha pela iniciativa.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Trindade, Héglio. “O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista” in D’Araújo, Maria Celina e Soares, Gláucio. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 123-141.
2. Ver, por exemplo, Cytrynowicz, Roney. *Memória da Barbárie – A História do Genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Edusp/ Nova Stella, 1990, pp. 153-157; Lopez, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1992, pp. 135-166 e o fundamental livro de Vidal-Naquet, Pierre. *Os Assassinos da Memória – “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, Papyrus, 1988. Evidentemente, a bibliografia em inglês, francês ou alemão é imensa.
3. Finkelstein, Norman. *A Indústria do Holocausto. Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

4. Nesse aspecto, um outro texto que merece ser citado é Shermer, Michael e Grobman, Alex. *Denying History. Who says the Holocaust never happened, and why do they say it?* Los Angeles, University of California Press, 2000, onde os autores utilizam a negação do Holocausto como maneira de discutir a relação entre História e Pseudo-História. Eles apresentam a “convergência de evidências” (documentos, restos materiais, etc., utilizados com critérios reconhecidos) como o diferencial entre as duas e atacam justamente a idéia do relativismo pós moderno de que é impossível conhecer a verdade sobre algo porque todas as investigações e todos os investigadores são subjetivos. Isso abriria as portas para a Pseudo-História, pois não haveria padrões objetivos, nessa perspectiva, para avaliar e hierarquizar as diferentes visões do passado.
5. Um resumo bastante detalhado de toda a “Historikerstreit”, em português, está em Kuperman, Diane. *Anti-semitismo: novas facetas de uma velha questão*. Rio de Janeiro, Pontal Editora, 1992, pp. 13-30. Nesse mesmo livro, há material extra sobre os revisionistas e os neonazistas brasileiros.
6. Há uma bibliografia internacional imensa (Weber, Mosse, Payne, Mayer e outros) discutindo a possibilidade de uma “teoria geral do fascismo”. Um texto recente e em português que merece ser lido a respeito é Da Silva, Francisco Carlos Teixeira. “Os fascismos” in Reis Filho, Daniel Aarão et. Alti. *O Século XX – O Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 109-164.
7. Para críticas à visão de fascismo de De Felice, ver Tranfaglia, Nicola. *Fascismo e Capitalismo*. Milano, Feltrinelli, 1976 e *La Prima Guerra Mondiale e il fascismo*, Torino, UTET, 1995, pp. 663-673.
8. Uma útil coletânea de textos analisando esse problema em vários países europeus está em Bosworth, Richard. *Explaining Auschwitz and Hiroshima – History Writing and the Second World War, 1945-1990*. London and New York, Routledge, 1993.